

## COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

### PROJETO DE LEI Nº 1.471, DE 2025

Dispõe sobre a criação de espaços ou salas multissensoriais em ambientes de grande circulação e permanência de pessoas, com a finalidade de oferecer acolhimento e suporte adequado a indivíduos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

**Autora:** Deputada Sâmia Bomfim **Relator:** Deputado Saulo Pedroso

### I – RELATÓRIO

Trata-se de proposição que cria espaços multissensoriais destinados às pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) com o objetivo de oferecer acolhimento e suporte adequado.

O projeto de Lei não possui apensos.

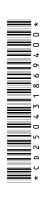
A proposição em análise foi distribuída à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CPD, à Comissão de Desenvolvimento Urbano – CDU, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (art. 54, do RICD). Compete à CDU apreciar a matéria quanto ao mérito, nos termos do disposto no inciso VII, do art. 32, do Regimento Interno desta Casa.

A matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, conforme artigo 24, inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e possui regime de tramitação ordinário, de acordo com artigo 151, inciso III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.





Apres



# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## II - VOTO DO RELATOR

A proposta em análise busca criar espaços multissensoriais destinados às pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com o objetivo de oferecer acolhimento e suporte adequados.

O Transtorno do espectro autista (TEA), conforme o Ministério da Saúde, é "um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades"<sup>1</sup>.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), calcula-se que há aproximadamente 70 milhões de pessoas com autismo em todo mundo<sup>2</sup>. No Brasil, o censo demográfico de 2022, publicado em 23 de maio de 2025 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estimou cerca de 2,4 milhões de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, com maior prevalência de diagnósticos entre crianças e adolescentes<sup>3</sup>.

As salas multissensoriais, também conhecidas como salas sensoriais ou sala de Snoezelen, são ambientes acolhedores e controlados, dotados de equipamentos que auxiliam na redução de estímulos externos e na promoção da regulação sensorial à indivíduos com TEA e, também, outras condições neurodivergentes<sup>4</sup>.

Portanto, não há dúvidas que a proposição é meritória e extremamente relevante. Já existem, inclusive, experiências positivas de órgãos que implementaram salas multissensoriais, com resultados significativos no bem-estar dos usuários, com impacto não apenas à pessoa com deficiência que usufrui do espaço, mas também para seus familiares<sup>5</sup>. Contudo, o texto original apresenta algumas questões que podem ser aperfeiçoadas e é nesse sentido que propomos texto substitutivo, para sanar possíveis vícios e aprimorar a redação.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> https://www.gov.br/inss/pt-br/noticias/salas-multissensoriais-levam-conforto-para-pessoas-com-TEA-que-esperam-atendimento





<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtorno-do-espectro-autista/unidade-hospitalar/definicao-tea/

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> https://www-periodicos-capes-gov-br.ez414.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\_pnews&component=NewsShow&cid=1056&mn=0

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43464-censo-2022-identifica-2-4-milhoes-de-pessoas-diagnosticadas-com-autismo-no-brasil

<sup>4</sup> https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9340127/



As características do TEA podem impactar diretamente a funcionalidade da pessoa e gerar barreiras em sua vida cotidiana. Por esse motivo, a Lei nº 12.764, de 2012 (Lei Berenice Piana), equipara as pessoas com autismo às pessoas com deficiência para todos os efeitos legais.

Nesse contexto, sabe-se, também, que as salas multissensoriais são úteis para todos aqueles que apresentam hipersensibilidade ou hipossensibilidade sensorial, dificuldades de autorregulação ou condições neurológicas que impactam a forma como processam estímulos do ambiente, como por exemplo, pessoas com deficiência intelectual, visual e auditiva. Assim, acredita-se que o direito deve ser ampliado a todas as pessoas com deficiência evitando-se, ainda, qualquer possível segregação.

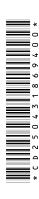
Esses ambientes são fundamentais para garantir melhor qualidade de vida ao público beneficiário, promovendo princípios como autonomia e inclusão social. Cumpre destacar que salas sensoriais já vêm sendo adotadas em diferentes setores, como aeroportos, órgãos públicos e shoppings. Ademais, a promoção da inclusão também gera benefícios econômicos aos estabelecimentos privados, na medida em que incentiva a presença não apenas das pessoas com deficiência, mas também de seus familiares e amigos, ampliando a frequência e o consumo nesses ambientes.

Além disso, a proposição encontra amparo em importantes diplomas normativos. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelece a promoção de ambientes acessíveis e o estímulo ao desenho universal, de modo a eliminar barreiras e garantir a autonomia das pessoas com deficiência. Em consonância, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) também promove condições condignas de acessibilidade.

Assim, a criação de salas multissensoriais em locais de grande circulação dialoga diretamente com os princípios constitucionais e normas legais que asseguram a dignidade da pessoa humana, da igualdade e da inclusão social, além de se alinhar às diretrizes de desenvolvimento urbano sustentável e humanizado.

Diante de todo o exposto, e considerando as competências desta Comissão, manifestamo-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.471, de 2025, na forma do substitutivo.







Sala das Comissões, em

de setembro de 2025.

Deputado Saulo Pedroso Relator







# COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

# SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.471, DE 2025

Dispõe sobre a criação de espaços ou salas multissensoriais em ambientes de grande circulação e permanência de pessoas, com a finalidade de oferecer acolhimento e suporte adequado às pessoas com deficiência e demais indivíduos com hipersensibilidade ou hipossensibilidade sensorial.

#### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art.** 1º Esta Lei dispõe sobre a criação de espaços ou salas multissensoriais em ambientes de grande circulação e permanência de pessoas, com a finalidade de oferecer acolhimento e suporte adequado às pessoas com deficiência e demais indivíduos com hipersensibilidade ou hipossensibilidade sensorial.

#### **Art. 2º** Para fins desta Lei, considera-se:

- I Pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;
- II Indivíduo com hipersensibilidade ou hipossensibilidade sensorial: pessoa que apresenta dificuldades de autorregulação ou condições neurológicas que impactam a forma como processa estímulos do ambiente;
- III Espaços ou salas multissensoriais: ambientes acolhedores e controlados, dotados de equipamentos que auxiliam na redução de estímulos externos e na promoção da regulação sensorial;



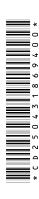




- IV- Locais de grande circulação: ambientes, públicos e privados, com elevado fluxo e permanência de pessoas.
- **Art. 3º** O Poder Executivo definirá as diretrizes e condições de uso para a implantação e o funcionamento de espaços multissensoriais em ambientes públicos e privados, de forma a oferecer acolhimento e suporte adequado às pessoas com deficiência e demais indivíduos com hipersensibilidade ou hipossensibilidade sensorial, conforme regulamento.
  - **Art. 4º** Os espaços ou salas multissensoriais deverão conter, no mínimo:
  - I Iluminação e sonorização ajustáveis para reduzir impactos sensoriais;
  - II Mobiliário adequado para conforto e segurança dos usuários;
  - III Equipamentos de estimulação sensorial e recursos de regulação;
  - IV Sinalização acessível e inclusiva.
  - **Art. 5º** A manutenção dos espaços multissensoriais será de responsabilidade:
  - I Do poder público, nos casos de estabelecimentos e equipamentos públicos;
- II Dos proprietários, administradores ou concessionários de estabelecimentos privados.
- **Art. 6º** O descumprimento desta Lei acarretará sanções administrativas, a serem definidas em regulamento, observada a seguinte gradação:
  - I Advertência;
  - II Multa proporcional ao porte do estabelecimento;
  - III Interdição temporária em casos reincidentes.

Parágrafo único. Os valores arrecadados pelo Poder Público em decorrência de multas aplicadas serão destinados à manutenção dos espaços de que trata esta Lei.







**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor após 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de sua publicação.

Sala das Comissões, em

de setembro de 2025.

Deputado Saulo Pedroso Relator



